

## Reforma Legislativa como Chave para o Avanço da Energia Limpa no Brasil <sup>(1)</sup>

Daniela Poli Vlavianos <sup>(2)</sup>

O Brasil, reconhecido por sua liderança global no uso de energia renovável, principalmente hidroeletricidade e bioenergia, encontra-se perante uma grande oportunidade de expandir sua matriz energética para incluir outras formas de energia limpa, como a solar e a eólica. No entanto, o desenvolvimento pleno deste setor esbarra em significativas barreiras legislativas e regulatórias, que limitam o investimento necessário para avançar. A ausência de um arcabouço jurídico específico e abrangente para energias renováveis gera uma atmosfera de incerteza que desestimula os investidores.

A implementação de uma legislação voltada exclusivamente para a promoção da energia limpa poderia servir como um catalisador para o crescimento do setor. Esta legislação deveria propor incentivos fiscais, como reduções de impostos ou créditos tributários, para empresas que investem em tecnologias renováveis. Além disso, a criação de linhas de financiamento com juros reduzidos, utilizando recursos de fundos governamentais ou através de parcerias público-privadas, poderia acelerar significativamente o desenvolvimento de novas infraestruturas.

É igualmente crucial que a nova legislação estabeleça metas claras para a inclusão de energias renováveis no mix energético nacional. A imposição de quotas obrigatórias para a geração de energia limpa por parte dos fornecedores de energia, com prazos bem definidos e penalidades para o não cumprimento, incentivaria o mercado a uma rápida adaptação e inovação.

Outro aspecto importante é a desburocratização do processo de licenciamento ambiental. A proposta seria criar um sistema mais ágil, talvez através de uma “janela única” para a tramitação de todos os procedimentos necessários, o que diminuiria o tempo e o custo para a implementação de projetos de energia renovável.

Ademais, fomentar a pesquisa e o desenvolvimento é fundamental para o avanço das tecnologias de energia limpa. A legislação poderia incentivar a criação de centros de excelência e fortalecer as parcerias entre o governo, universidades e institutos de pesquisa, com o objetivo de tornar as tecnologias renováveis mais eficientes e econômicas.

Em suma, a expansão dos investimentos em energia limpa no Brasil requer uma reformulação profunda na estrutura legislativa e regulatória atual. Através da adoção de leis específicas, claras e incentivadoras, e da redução da burocracia, o Brasil não só poderia expandir sua capacidade em energias renováveis, mas também fortalecer sua posição como líder global em sustentabilidade, trazendo benefícios econômicos, ambientais e sociais extensivos.

Uma das controvérsias mais marcantes no contexto jurídico das energias renováveis no Brasil diz respeito à complexidade e à morosidade do processo de licenciamento ambiental. Embora essencial para a preservação dos ecossistemas e da biodiversidade, o processo é frequentemente criticado por sua lentidão e burocracia, que podem desencorajar investimentos em projetos de energia limpa. O desafio jurídico reside em equilibrar a proteção ambiental rigorosa com a necessidade de agilizar os processos que permitam o desenvolvimento sustentável. A polêmica se intensifica com debates sobre a flexibilização dessas regulamentações, onde ambientalistas temem que mudanças possam comprometer a integridade ambiental, enquanto investidores e desenvolvedores argumentam que a simplificação é vital para o crescimento econômico e a expansão da energia renovável. A solução para essa dicotomia envolve uma reformulação cuidadosa das leis e procedimentos, buscando um meio termo que favoreça tanto a proteção ambiental quanto o progresso tecnológico e econômico.

(1) Artigo publicado na Agência CanalEnergia. Disponível em: <https://www.canalenergia.com.br/artigos/53276101/reforma-legislativa-como-chave-para-o-avanco-da-energia-limpa-no-brasil>. Acesso em 25 de abril de 2024.

(2) Daniela Poli Vlavianos, sócia do escritório Poli Advogados.